



PODER,  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

### PROVIMENTO Nº 20, DE 21 DE JUNHO DE 2017.

*Altera o Provimento nº 14, de 27 de maio de 2014, que disciplina o número mínimo de júris a serem realizados, mensalmente, pelos Juízos Criminais do Estado de Alagoas, com competência para o Tribunal do Júri; e, ao fazê-lo, dá novas redações ao caput e incisos I, II, III e IV, do art. 1º; ao caput do art. 2º; e, ao caput do art. 5º; e, adota outras providências.*

**O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do direito à segurança, bem como o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, a determinar que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo e, ainda, as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88; e

**CONSIDERANDO** que, na dicção do art. 88 da Lei Estadual nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005 (Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas), os Tribunais do Júri reunir-se-ão mensalmente, de forma ordinária, inclusive no mês de janeiro, a teor das disposições contidas no art. 93, inciso XII, da CF/88; e

**CONSIDERANDO** que o Juiz de Direito é o Gestor natural da Unidade Judiciária em que exerce a jurisdição;

### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput e incisos I, II, III e IV do art. 1º; o caput do art. 2º; e, o caput do art. 5º, todos do Provimento nº 14, de 27 de maio de 2017, editado pela Corregedoria Geral da Justiça, publicado em 27 de maio de 2014, os quais passam a vigor com as seguintes redações:

“Art. 1º Os juízos criminais do Estado de Alagoas, com competência para o Tribunal do Júri deverão observar o seguinte quantitativo mínimo de júris a serem realizados semestralmente pelas respectivas unidades:

I — os juízos da Capital que se enquadrem na competência mencionada no caput deverão realizar, no-

**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

~~mínimo, 25 (vinte e cinco) júris semestralmente;~~

~~II— as unidades jurisdicionais do interior do Estado, com competência para o Tribunal do Júri, realizarão, no mínimo, 15 (quinze) júris por semestre;~~

~~III— as varas de único ofício deverão realizar, no mínimo, 10 (dez) júris por semestre; e~~

~~IV— as unidades jurisdicionais do interior do Estado, competente para tal, que não possuam juiz titular, realizarão, no mínimo, 5 (cinco) júris por semestre.~~

~~Art. 2º O Magistrado gestor da unidade judiciária encaminhará, nos meses de janeiro e julho, até o 5º (quinto) dia útil do mês, ao Departamento Central de Assuntos Judiciários— DCAJ desta Corregedoria Geral, exclusivamente via *intra jus*, as razões que ensejaram a não realização dos júris designados, bem como a não inclusão de processos na pauta do júri, para o correspondente mês, no quantitativo previsto no art. 1º deste instrumento.~~

~~(omissis)~~

~~Art. 5º Fica determinado ao DCAJ que proceda a extração de dados no Sistema de Automação da Justiça— SAJ, do quantitativo dos júris realizados pela unidade judiciária durante o semestre, até o 10º (décimo) dia dos meses de janeiro e julho”.~~

~~Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

~~Maceió, 21 de junho de 2017.~~

Desembargador **PAULO BARROS DA SILVA LIMA**  
Corregedor Geral da Justiça